

Prefeitura de Catanduvas (SC)  
Estado de Santa Catarina

*Catanduvas*



*Capital Catarinense  
do Chimarrão*

**RELATÓRIO DE GESTÃO  
PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO  
EXERCÍCIO 2019**

**ANEXO V**  
**Prestação de Contas de Gestão**  
**IN 20/2015 – Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina**

**UNIDADE GESTORA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS**  
**GESTORA: ELY TEREZINHA MAGNABOSCO MOTERLE**

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

**CONSIDERANDO** o disposto no artigo 58, Parágrafo Único da Constituição do Estado de Santa Catarina que estabelece a obrigação de prestar contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos;

**CONSIDERANDO** o disposto nos artigos 48, parágrafo único, e 48-A da Lei Complementar n. 101/2000, de 04 de maio de 2000, com redação dada pela Lei Complementar n. 131/2009, de 27 de maio de 2009, sobre a transparência da Administração Pública, e a Lei n. 12.527/2011, de 18 de novembro de 2011, que regulamenta o direito de acesso à informação previsto na Constituição Federal de 1988, inciso XXXIII do artigo 5º, no artigo 37, §3º, inciso II, e no artigo 216, §2º;

**CONSIDERANDO** a Instrução Normativa N° TC-0020/2015, que estabelece critérios para organização e apresentação da prestação de contas anual, normas relativas à remessa de dados, informações e demonstrativos por meio eletrônico e dá outras providências;

**CONSIDERANDO** os princípios aplicáveis ao controle exercido no âmbito da Administração Pública pelos órgãos constitucionais de controle externo, como a racionalização do exame, apreciação e julgamento das prestações de contas, mediante critérios de seletividade, materialidade, risco, relevância, oportunidade e temporalidade;

**CONSIDERANDO** que o artigo 14, da Instrução Normativa n. 20, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina dispõe que:

“O relatório de gestão deve demonstrar a execução da programação orçamentária e o cumprimento das metas físicas da unidade jurisdicionada, avaliar os resultados da atuação da respectiva unidade no cumprimento das suas finalidades institucionais durante um exercício financeiro”.

A unidade gestora **Fundo Municipal de Saúde de Catanduvas**, por sua gestora responsável (Ely Terezinha Magnabosco Moterle), apresenta o relatório de gestão, conforme anexo V, da Instrução Normativa TC 0020/2015.

## ANEXO V

### PRESTAÇÃO ANUAL DE CONTAS DE GESTÃO RELATÓRIO DE GESTÃO (Art. 9º, 14, § 1º)

#### I - INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A UNIDADE E RESPECTIVOS RESPONSÁVEIS:

##### a) Informações Gerais:

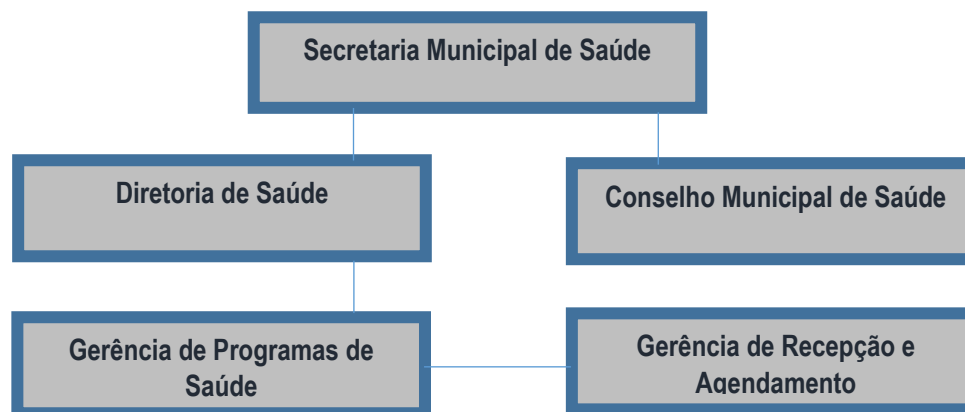
<b>Entidade:</b>	Fundo Municipal de Saúde de Catanduvas
<b>CNPJ:</b>	10.391.817/0001-91
<b>Endereço:</b>	Rua Duque de Caxias, n. 275 - Centro
<b>Telefone:</b>	(49) 3525 6500
<b>E-mail:</b>	secsaude@catanduvas.sc.gov.br

##### b) Rol dos Responsáveis:

Responsáveis	Nome	CPF	Cargo Função	Período de gestão	Ato Nomeação e data	Ato Exoneração e data	Endereço Residencial	E-mail
<b>Prefeito</b>	Dorival Ribeiro dos Santos	195.397.549-68	Prefeito	01/01/2017 a 31/12/2020	Ata de Posse n. 62/2017 de 1º de Janeiro de 2017.	Término do Mandato em 31.12.2020	Rua Almirante Tamandaré – n. 2716 - Centro de Catanduvas (SC)	prefeito@catanduvas.sc. gov.br
<b>Secretária de Saúde</b>	Ely Terezinha Magnabosco Moterle	593.462.059-20	Secretária de Saúde	01/07/2018 a 31/12/2018	Portaria 7.571/2018	-	Avenida Duque de Caxias, n. 275 – Centro de Catanduvas (SC)	secsaude@catanduvas. sc.gov.br

##### c) Estrutura organizacional, incluindo conselhos, quando existentes:

A unidade gestora utiliza dos serviços operacionais da unidade Prefeitura de Catanduvas.



**d) Competências institucionais, indicando as normas legais e regulamentares correspondentes:**

Competências Institucionais: Secretaria Municipal de Saúde compete, entre outras, a execução da política, ações e serviços de saúde, de forma universalizada e igualitária, cumprir a legislação vigente e pertinente, de modo especial a Emenda Constitucional nº 29; coordenar e superintender as ações, atividades e serviços disponibilizados a população junto às unidades de saúde, acompanhar os prestadores conveniados com o SUS - Sistema Único de Saúde conforme Prefeito (a) Secretário(a) de Saúde/Gestor Conselho Municipal de Saúde Vice Prefeito(a) Assessor(a) Jurídica Assessor(a) Contábil Assessor(a) Controle Interno Operacional Diretores (as) Coordenadores/Gerentes pactuação do município, coordenar as atividades e executar as deliberações do Conselho Municipal de Saúde; definir diretrizes e cumprir metas, executando prioridades; priorizar programas de saneamento básico e ações de saúde preventiva; executar, no âmbito municipal, a política de vigilância sanitária, promover, participar e executar programas e campanhas de saúde pública; supervisionar e fiscalizar a execução dos serviços técnico-profissionais contratados na área da saúde; cumprir e executar as determinações contidas na legislação de saúde, especialmente da vigilância sanitária e das normas emanadas pelo Ministério da Saúde, pela Secretaria de Estado da Saúde e pelas entidades a eles subordinadas.

Lei n. 16 de 17 de dezembro de 2001, alterada pela Lei Complementar n. 120, de 17 de novembro de 2015.

## **II - INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UNIDADE:**

### **a) Programas de governos sob a responsabilidade da unidade jurisdicionada:**

#### **1 e 2- Planejamento e Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da Unidade**

Facultado pelo Tribunal de Contas por meio da Portaria nº TC-0975/2019.

#### **3- Contingenciamento de despesas no exercício:**

Não houve contingenciamento de despesas no exercício financeiro.

#### **4- Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos:**

Não houve reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.

#### **5- As razões e/ou circunstâncias para permanência de Restos a Pagar processados e não processados por mais de um exercício financeiro:**

Não há.

## **III – INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE PESSOAS E TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA:**

**a) Quadro de pessoal, informando a quantidade de agentes públicos (agentes políticos, servidores e militares) ocupantes de cargos efetivos, comissionados, empregos públicos, contratados por tempo determinado (Art. 37, IX, CF), conselheiros tutelares e estagiários, discriminando os comissionados que são titulares de cargo efetivo ou emprego público, bem como os valores consolidados na folha de pagamento, mês a mês.**

Facultado pelo Tribunal de Contas por meio da Portaria nº TC-0975/2019.

**b) Demonstrativo da quantidade de pessoas executando trabalhos na unidade jurisdicionada por meio de contratos de terceirização de serviços, contendo o posto de trabalho ocupado, bem como as despesas totais das contratações, mês a mês:**

Facultado pelo Tribunal de Contas por meio da Portaria nº TC-0975/2019.

**c) Demonstrativo dos benefícios previdenciários, informando a quantidade de agentes públicos (agentes políticos, servidores e militares) inativos/aposentados, de pensionistas e de complementações de aposentadoria ou pensão ao valor percebido do Regime Geral da Previdência Social, pagos pelo tesouro, contendo os valores consolidados na folha de pagamento, mês a mês:**

Facultado pelo Tribunal de Contas por meio da Portaria nº TC- TC-0975/2019.

**d) Discriminação da remuneração mensal e anual paga aos membros de diretoria, de conselho de administração e de conselho fiscal, incluindo bônus, participação em lucros e a qualquer outro título:**

Facultado pelo Tribunal de Contas por meio da Portaria nº TC- TC-0975/2019.

#### **IV - INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS MEDIANTE CONVÊNIO, TERMO DE PARCERIA, TERMO DE COOPERAÇÃO OU INSTRUMENTO CONGÊNERE, DISCRIMINANDO VOLUME DE RECURSOS TRANSFERIDOS E RESPECTIVOS BENEFICIÁRIOS.**

Não houve transferência de recursos mediante convênio, termo de parceria, termo de cooperação ou instrumento congêner.

#### **V – INFORMAÇÕES SOBRE LICITAÇÕES E CONTRATOS:**

**a) Informação sobre os valores anuais das despesas realizadas referentes a aquisições e contratações de bens e serviços, por modalidade de licitação, bem como as decorrentes de dispensas e inexigibilidades de licitação:**

Facultado pelo Tribunal de Contas por meio da Portaria nº TC-0975/2019.

**b) Indicação do órgão de imprensa oficial, nos termos do art. 6º, XIII, da Lei nº 8.666/1993:**

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

<https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site/>

**VI - INFORMAÇÕES SOBRE AS RECOMENDAÇÕES EXPEDIDAS PELO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO E AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS (OU NÃO) NO EXERCÍCIO, DEMONSTRANDO:**

**a) Recomendações expedidas e providências adotadas:**

Recomendações Atendidas				
Recomendações	Providência Sugerida	Setor Responsável	Providências adotadas	Resultados obtidos
Recomendar o monitoramento da frota de veículos da Secretaria Municipal de Saúde	Instalação de GPS nos veículos da saúde, a fim de monitoramento da frota.	Secretaria Municipal de Saúde	Instalação de monitoramento através de GPS	Melhor controle das horas extras, diminuição da velocidade nas vias e maior segurança para o usuário e do motorista com zelo pelo patrimônio.

**c) Recomendações pendentes:**

Não há recomendações pendentes.

**VII - ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES RELACIONADAS A CONTRATO DE GESTÃO VIGENTE NO EXERCÍCIO (EXIGÍVEIS SOMENTE PARA OS ÓRGÃOS ENCARREGADOS DA SUPERVISÃO DESTES CONTRATOS, NO ÂMBITO DO ESTADO E DOS MUNICÍPIOS):**

Não há contratos de gestão na Unidade Gestora.

**VIII - AVALIAÇÃO DOS TERMOS DE PARCERIA CELEBRADOS PELA UNIDADE JURISDICIONADA (EXIGÍVEL SOMENTE PARA AS UNIDADES JURISDICIONADAS QUE FIRMARAM TERMO DE PARCERIA)**

Não foram efetuados termos de parceria pela Unidade Gestora.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em atendimento a Instrução Normativa n. 0020/2015, encaminhamos o relatório de gestão da Unidade Gestora Fundo Municipal de Saúde de Catanduvas.

**Ely Terezinha Magnaboco Moterle**  
**Secretária de Saúde - Gestora**  
Protocolado/Assinado Eletronicamente

Catanduvas, 28 de fevereiro de 2020.